

Senado autoriza Covas e Maluf a emitir títulos

Com ajuda de Cafeteira,
prefeito consegue R\$ 18,3
milhões a mais do que
valor sugerido por Loyola

JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA — O Senado deu ontem um "presente" de R\$ 18,3 milhões à Prefeitura de São Paulo e autorizou finalmente o governador Mário Covas a emitir R\$ 748 milhões em títulos estaduais para pagar os precatórios judiciais e livrar-se da ameaça de intervenção federal no Estado. Como o governo de São Paulo já havia superado a resistência dos senadores à emissão dos títulos, após um mês de duras negociações, a polêmica concentrou-se na votação do projeto de rolagem da dívida da Prefeitura.

O prefeito Paulo Maluf (PPB) queria rolar os R\$ 41,7 milhões referentes à parte de sua dívida mobiliária que vence neste segundo semestre. Mas o Banco Central enviou ofício ao Senado argumentando que Estados e municípios estão com dificuldade para rolar



quando saiu de lá, a dívida já superava a arrecadação em 20%", acusou. O senador negou que sua defesa da sugestão do Banco Central tivesse interesse eleitoral, embora Pitta tenha substituído a candi-

seus títulos no mercado. Por causa disso, o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, recomendou aos senadores que autorizassem a Prefeitura a rolar apenas 54% da dívida que vai vencer, no valor de R\$ 22,5 milhões.

O relator do projeto no Senado, Epitácio Cafeteira (PPB-MA), no entanto, afirmou que os senadores estão autorizando a rolagem de 98% da dívida dos Estados e dos municípios, e defendeu o mesmo tratamento para Maluf, que é seu companheiro de partido. A proposta foi aprovada e a Prefeitura será autorizada a emitir R\$ 40,8 milhões em títulos para substituir os que estão vencendo — R\$ 18,3 milhões a mais do que o valor defendido pelo BC.

ESTADO DE SÃO PAULO

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), com o apoio de toda a bancada petista, ainda tentou manter a sugestão do Banco Central. Ele acusou Maluf de estar usando os títulos emitidos com autorização do Senado para gastar em outras áreas que não as previstas. As captações para pagamento de dívidas judiciais, por exemplo, estariam sendo superiores às dívidas efetivamente pagas.

Esta prática, segundo Suplicy, fez o endividamento da Prefeitura dobrar em apenas três anos e meio. "O candidato Celso Pitta (PPB) assumiu a Secretaria Municipal de Finanças com uma dívida que representava apenas 50% da arrecadação anual do município, e

data petista à Prefeitura, Luiza Erundina, na liderança das pesquisas de intenção de voto.

Rigor — Para Suplicy, por causa do acelerado processo de endividamento, o Senado deveria ser mais rigoroso com a Prefeitura, evitando pressões futuras sobre os contribuintes da cidade. Segundo levantamento do BC enviado ao Senado, em janeiro de 1993 a dívida mobiliária do município estava em US\$ 658,5 milhões, e representava 4,8% da dívida de todos os Estados e municípios.

Em julho de 1996, este valor já havia subido para R\$ 4,579 bilhões, representando 9,8% da dívida total de Estados e municípios. Enquanto o endividamento das outras unidades da Federação cresceu 223%, a Prefeitura aumentou o passivo em 595%, com a dívida crescendo R\$ 3 milhões por dia, de acordo com Suplicy.

30 AGO 1996

**BC QUERIA
ROLAR SÓ 54%
DA DÍVIDA DA
PREFEITURA**